

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 23 |
|-------------------------|-----------|

Capítulo 1

| | |
|--|-----------|
| A VALORIZAÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA NO PROCESSO CIVIL..... | 27 |
|--|-----------|

| | |
|---|----|
| 1.1 Do privatismo ao publicismo processual..... | 28 |
|---|----|

| | |
|---------------------------------------|----|
| 1.2 Autonomia privada e processo..... | 34 |
|---------------------------------------|----|

| | |
|---|----|
| 1.3 A busca pela efetividade por meio da simplificação e da flexibilização do procedimento..... | 38 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 1.3.1 Breves apontamentos sobre o tema no contexto estrangeiro | 50 |
|--|----|

| | |
|---------------------------------|----|
| 1.3.2 Contexto brasileiro | 55 |
|---------------------------------|----|

Capítulo 2

| | |
|--|-----------|
| NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: CONCEITO E TIPOLOGIAS..... | 59 |
|--|-----------|

| | |
|---|----|
| 2.1 Apontamentos sobre a teoria dos fatos, atos e negócios jurídicos na teoria geral do direito | 59 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 2.2 Apontamentos sobre a teoria dos fatos jurídicos processuais, dos atos jurídicos processuais e dos negócios processuais | 62 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 2.3 Conceito de negócio jurídico processual adotado | 66 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 2.4 Negócios jurídicos unilaterais, bilaterais e plurilaterais | 67 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 2.5 Convenções processuais dispositivas e obrigacionais | 70 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| 2.6 Convenções processuais típicas e atípicas | 71 |
|---|----|

Capítulo 3

REQUISITOS DE FORMAÇÃO E LIMITES GERAIS APLICÁVEIS ÀS CONVENÇÕES PROCESSUAIS..... 77

| | | |
|--------|---|-----|
| 3.1 | Requisitos de existência e validade das convenções processuais | 80 |
| 3.1.1 | Tempo e lugar das convenções processuais | 81 |
| 3.1.2 | Capacidade do agente..... | 84 |
| 3.1.3 | Declaração de vontade válida, baseada em consentimento livre e informado..... | 89 |
| 3.1.4 | Objeto lícito, possível, determinado ou determinável | 91 |
| 3.1.5 | Direitos que admitam autocomposição | 92 |
| 3.1.6 | Respeito à boa-fé objetiva | 94 |
| 3.1.7 | Forma das convenções processuais | 95 |
| 3.1.8 | Nulidade em caso de inserção abusiva em contrato de adesão | 96 |
| 3.1.9 | Manifesta situação de vulnerabilidade | 97 |
| 3.1.10 | Demais limites apontados pela doutrina..... | 99 |
| 3.2 | Condições de eficácia das convenções processuais..... | 102 |
| 3.3 | Conclusão parcial..... | 103 |

Capítulo 4

LIMITES ESPECÍFICOS APLICÁVEIS ÀS CONVENÇÕES PROCESSUAIS PROBATÓRIAS ATÍPICAS QUE RESTRINGEM MEIOS DE PROVA..... 105

| | | |
|-----|---|-----|
| 4.1 | Convenções processuais probatórias | 105 |
| 4.2 | Convenções processuais probatórias em demandas que versem sobre direitos indisponíveis..... | 110 |
| 4.3 | Renúncia genérica à prova..... | 118 |
| 4.4 | Renúncia geral à prova | 119 |
| 4.5 | Parâmetros extraídos das convenções processuais típicas | 121 |

Capítulo 5

| | |
|---|------------|
| O PAPEL DO JUIZ NAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS | 125 |
| 5.1 Controle de validade | 125 |
| 5.2 Homologação das convenções processuais | 126 |
| 5.3 Fomento ao consenso..... | 128 |
| 5.4 Participação do juiz nas convenções processuais | 129 |

Capítulo 6

| | |
|---|------------|
| CONVENÇÕES PROCESSUAIS PROBATÓRIAS E PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ | 135 |
| 6.1 Argumentos que sinalizam a preponderância da convenção probatória em face dos poderes instrutórios do juiz..... | 138 |
| 6.1.1 Primeiras balizas interpretativas em favor das convenções em matéria probatória que limitam os poderes instrutórios do juiz | 138 |
| 6.1.2 Possibilidade de desistência da ação e de renúncia ao bem litigioso como argumento favorável à prevalência da convenção processual probatória | 143 |
| 6.1.3 Poderes instrutórios do juiz: poderes subsidiários ou autônomos? | 144 |
| 6.1.4 Apontamentos sobre o ônus da prova | 152 |
| 6.1.4.1 Aspecto objetivo e subjetivo do ônus da prova | 152 |
| 6.1.4.2 Ônus temporal e financeiro da prova | 156 |
| 6.2 Pretensas óbices às convenções processuais probatórias que limitam a atuação do magistrado na produção de prova de ofício | 157 |
| 6.2.1 Natureza de direito público do processo e a existência de interesses públicos atrelados à solução do conflito | 157 |
| 6.2.2 Impossibilidade de interferir nos poderes de terceiros mediante convenção processual..... | 160 |

| | | |
|--------------------|---|------------|
| 6.2.3 | A busca pela verdade como suposto óbice à preponderância das convenções processuais | 163 |
| CONCLUSÃO | | 171 |
| REFERÊNCIAS | | 177 |